

ADICIONAL REGIONAL

Recurso RR - 20600-36.2011.5.17.0009
Tribunal TST
Relator Alexandre De Souza Agra Belmonte
Julgado em 26/04/2026

RECURSO DE REVISTA DA PETROBRAS. PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS DE COMPLEMENTO DE RMNR. PRESCRIÇÃO PARCIAL.

RESUMO

Recurso de revista da Petrobras sobre cálculo de complemento de RMNR. O TST acolheu superação de precedente após decisão do STF validando a inclusão de adicionais salariais na base de cálculo da parcela, conforme negociação coletiva. Recurso conhecido e provido, cassando condenação regional que desconsiderava essa metodologia.

EMENTA

RECURSO DE REVISTA DA PETROBRAS. PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS DE COMPLEMENTO DE RMNR. PRESCRIÇÃO PARCIAL. Tratando-se de lesão de trato sucessivo decorrente do pagamento insuficiente do complemento da RMNR, incide a prescrição parcial. Decisão regional em consonância com a jurisprudência desta Corte. Incidência da Súmula nº 333 do TST. Recurso de revista não conhecido. DIFERENÇAS DE COMPLEMENTO DE RMNR. ADICIONAIS PREVISTOS EM LEI DECORRENTES DE CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO. TESE FIXADA COM REPERCUSSÃO GERAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 1.251.927/RN. 1 . A Suprema Corte, no julgamento do RE nº 1.251.927 (DJE de 17/1/2024), validou a forma de cálculo da RMNR arquitetada pela Petrobrás, em respeito à negociação coletiva, seguindo a tese jurídica fixadas nos processos ARE-1.121.633/RG e RE 590.415, em sentido oposto à decisão deste TST, proferida em sede de Incidente de Recurso Repetitivo nº 21900-13.2011.5.21.0012 (Tema nº 13).

2. Prevaleceu, assim, a tese de que o cálculo da parcela "complemento da RMNR", estabelecido via norma coletiva, para fins de igualar o patamar remuneratório dos empregados que trabalham na mesma região e de nível igual da carreira, já deve incluir o valor correspondente a adicionais salariais. 3 . Em face da decisão do STF, o Tribunal Pleno do TST acolheu o Incidente de Superação de Precedente Vinculante , para declarar superada a tese vinculante firmada no IRR-21900-13.2011.5.21.0012, sem modulação de efeitos (Tema 13 da Tabela de Recursos de Revista Repetitivos).

4. No caso , o Tribunal Regional condenou a Ré ao pagamento de diferenças do complemento da RMNR, por considerar indevida a inclusão dos adicionais salariais na base de cálculo da parcela, como o adicional de periculosidade, em desconformidade com a decisão da Suprema Corte, de caráter erga omnes e efeito vinculante. Recurso de revista conhecido por violação do art. 7º, XXVI, da CF e provido.